

SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA NO PENSAMENTO LIBERAL E MARXISTA*

Dr. Carlos Nelson Coutinho
Professor Titular da Escola de Serviço Social/UF RJ

Eu gostaria de começar agradecendo o convite que me foi feito. Eu gosto muito da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora. Não é a primeira vez que venho aqui, tenho aqui amigos e amigas e, sobretudo, é um grande prazer participar de um evento que prepara o lançamento do livro da minha querida ex-orientanda Maria Lúcia Durighetto.

Como vocês sabem, a tese da Maria Lúcia, que eu tive o prazer de orientar, é uma tese sobre os conceitos de democracia e sociedade civil, e ela colocou um belo subtítulo, muito preciso na sua tese, que é “um debate necessário”. E realmente se trata de um debate necessário, por uma razão preliminar, eu diria assim. Talvez não existam, no pensamento social hoje, dois conceitos tão polissêmicos, ou seja, aos quais se aplicam tantos sentidos diversos e até contraditórios como o conceito de democracia e o conceito de sociedade civil. Quando se fala de democracia e de sociedade civil, há concepções inteiramente diferentes e eu acho que um esclarecimento preliminar do sentido destes conceitos é muito importante para que nós evitemos ambigüidades quando fizermos um discurso, um pensamento sobre a sociedade. Diria também que não se trata só, no debate sobre estes termos, de um debate acadêmico. Eu acho que a discussão sobre o que é democracia e o que é sociedade civil faz parte do que eu chamaria de uma batalha das idéias, ou seja, a disputa ideológica por hegemonia na sociedade. A definição desses dois termos não é, portanto, algo acidental, mas algo necessário. Trata-se de um debate necessário, se quisermos encaminhar corretamente a nossa participação na luta das idéias no debate ideológico.

Eu começaria pelo termo democracia, em suas múltiplas acepções. Nos dias de hoje, nenhuma corrente do pensamento, da direita à esquerda, afirma ser contra a democracia e parece haver, portanto, uma situação na qual todos os gatos são pardos, ou seja, todos são democráticos. Eu dou, portanto, um exemplo interessante a vocês: o PFL, o Partido da Frente

* Transcrição da palestra proferida pelo autor por ocasião da aula inaugural do ano de 2008 da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. A transcrição foi revista pelo autor e autorizada pelo mesmo para publicação.

Liberal, que é resultado da Arena, o partido que sustentou a ditadura militar, mudou recentemente de nome e adotou, eu diria cinicamente, o nome Democratas. A própria ditadura militar brasileira, ao longo dos seus vinte anos, construiu um regime claramente discriminatório, repressivo, mas sempre dizendo o seguinte: nós sempre defendemos a democracia contra o comunismo. Repito isso: a democracia se tornou alguma coisa que perdeu, digamos assim, a sua especificidade. De certo modo, perdeu seu ringue na batalha das idéias porque todos se dizem democratas.

No entanto, é interessante observar que nem sempre foi assim. Já houve momentos em que a democracia foi duramente combatida, explicitamente combatida, e não só por regimes nazistas e fascistas, que seguramente se diziam anti-democratas, mas também pelo projeto liberal que hoje enche a boca para dizer “nós somos os verdadeiros democratas”. Ao longo da evolução da história do liberalismo, este, em certo momento, se contrapôs a democracia, afirmando-se como uma defesa das liberdades individuais, contra a proposta da igualdade, contra a tirania das maiorias, enfim, afirmando-se em uma posição que se explicitava anti-democracia. Em outros casos, esses primeiros pensadores liberais trataram da democracia com alguma simpatia, mas colocando-a como uma coisa condenada ao passado. O brilhante pensador, Montesquieu, diz isso, que houve várias formas de governo ao longo da história. Na Antiguidade, houve uma forma democrática de governo, mas, no nosso tempo mais complexo, onde existe a desigualdade, não é mais possível a democracia e ele defende, então, uma monarquia constitucional. A democracia foi boa para os gregos e dos romanos, mas não é mais do nosso tempo. Há um novo pensador liberal, Benjamin Constant, que fez um texto muito interessante chamado “Da liberdade dos antigos comparada à Liberdade dos modernos”, onde ele diz o seguinte: “realmente a participação de todos na vida pública, isso de ser governante e governado ao mesmo tempo, era a maneira pela qual os antigos concebiam a liberdade. Tanto que isso foi possível lá em Atenas, lá na Grécia Clássica, mas no nosso tempo a liberdade é outra. A liberdade dos modernos é a liberdade de assumir, na vida privada, aquilo que nós, com nosso esforço, conquistamos”. Assim, nós devemos nomear alguns representantes que vão cuidar das coisas de interesse público. Inclusive ele valoriza, eu diria, a não participação. De certo modo, para exercer bem essa liberdade privada e não ser

incomodado por essa necessidade de participar é que as pessoas indicam representantes que cuidam das coisas públicas.

Assim, para outros liberais do século XIX, a argumentação contra a democracia é que ela favorece o que era chamado por eles de “tirania das maiorias”. Então, um outro brilhante pensador liberal, Aléxis de Tocqueville, num dado momento, visitou os Estados Unidos, ficou fascinado pelo que ele achou que era a estrutura democrática americana e escreveu bastante sobre o assunto. Ele tinha uma idéia muito clara, que era a seguinte: a tendência à igualdade das condições de vida dos indivíduos é cada vez mais forte no mundo moderno. Então, a igualdade se tornou, como dizia ele, uma lei inexorável do nosso tempo. Ele era aristocrata e estava vendo que a aristocracia estava perdendo seus privilégios. Então, ele viu os Estados Unidos como um país que não conheceu a aristocracia e que estava construindo essa noção de igualdade.

Observem, então, que eles viram que era uma coisa inexorável, mas Tocqueville tinha medo dessa igualdade. Ele achava que a igualdade levaria a um conformismo e que bloquearia o florescimento das liberdades individuais. Assim, ele vai defender as liberdades individuais e os regimes liberais como formas de se opor a essa tendência igualitária que, segundo ele, conduziria ao despotismo. As pessoas, todas iguais, perderiam a capacidade de participar criativamente na ordem social e isso conduziria a um despotismo. E como Tocqueville foi contemporâneo do início do socialismo, ele dizia que o socialismo é o pior dos despotismos, até porque se centra na idéia da igualdade. Então, até, pelo menos, eu diria, o início do século XX, o liberalismo viu negativamente a democracia, afirmou-se contra a democracia de uma maneira explícita, o que é uma coisa interessante de se ressaltar. Claro que muita gente atua no sistema despoticamente, inclusive no nosso tempo, mas tem, hipocritamente, dizendo que atua democraticamente. Então, como todo mundo sabe que a democracia é uma coisa boa então, hipocritamente, mesmo quando se age anti-democraticamente, diz estar sendo democrata.

Agora, vejam bem, sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa de outubro, o pensamento liberal começa a assumir uma atitude diferenciada em relação à democracia. O pensamento liberal, digamos assim, se apropria da democracia como um valor e passa a utilizá-la sobretudo contra o socialismo, contra o comunismo. Ou seja, a

democracia passa a ser vista como alguma coisa que se contrapõe ao despotismo comunista, ao totalitarismo. Mas que democracia? Que conceito de democracia, que prática de democracia aparece nesses pensadores liberais? Eu chamo atenção para um deles, talvez o primeiro que teorizou esse conceito que eu chamaria de minimalista de democracia, é Joseph Schumpeter, um brilhante economista, que tem um livro muito famoso chamado “Socialismo, Capitalismo e Democracia”. Nesse livro, Schumpeter, aderindo a uma corrente de opinião importante na época, chamada elitismo, que diz que política não é ação da maioria, mas ação de minorias, de elites organizadas, vai dizer o seguinte: existe democracia quando existe competição periódica, eleições periódicas e diferentes setores da elite disputam o poder. Observem, então, que enquanto democracia aparece, por exemplo, em Rousseau, como uma plena participação de todos na feitura das leis, onde, portanto, todos são, ao mesmo tempo, súditos e soberanos, como dizia Rousseau, todos são governantes e governados pois nós somos livres porque obedecemos as leis que nós mesmos criamos, para Schumpeter, democracia se limita à essa disputa entre diferentes elites renováveis periodicamente através das eleições. Neste autor, a participação não tem um peso significativo, a participação é só eleitoral e essa democracia, nós podemos dizer, é uma democracia profundamente minimalista, mas que corresponde, de certo modo, ao que estava acontecendo nos EUA. Schumpeter estava, na época, vivendo nos EUA e eu diria que ele, de certo modo, ao apresentar esse tipo de disputa periódica entre diferentes elites, estava pensando muito no sistema político vigente nos EUA, onde há duas elites partidárias: Partido Republicano e Partido Democrata, que escolhem candidatos, mas que é democracia só porque uma substitui a outra eventualmente. Este é um conceito não só do Schumpeter, mas essa concepção minimalista de democracia reaparece em vários pensadores liberais contemporâneos, onde democracia limita-se ao respeito a um número de regras formais e não tem uma dimensão substantiva como efetivamente tinha no pensamento de Rousseau.

Há algum tempo atrás, eu assisti a entrevista de um brilhante cientista político brasileiro que, em um programa de televisão, foi perguntado pela repórter se nós tínhamos uma situação democrática no Brasil. Ele respondeu: “temos plenamente uma democracia, há eleições periódicas, há diferentes partidos competindo...” e essa repórter, que é uma pessoa de direita, chegou a perguntar para ele o seguinte: “olha, mas no Brasil não tem muita

desigualdade?” E ele respondeu candidamente: “mas a democracia não tem nada a ver com desigualdade, democracia são regras do jogo e as regras do jogo estão funcionando no Brasil”. Eu dou esse exemplo pra mostrar a que ponto o conceito democracia foi minimizado e perdeu algo que era muito claro no início, que era o seu caráter profundamente subversivo. Por isso os liberais do século XIX se opuseram à democracia, pois ela era uma bandeira de luta das massas populares e implicava uma prática subversiva. No Manifesto Comunista, quando Marx e Engels falam em tomada do poder pela massa dos trabalhadores, dos assalariados, para mim, neste momento, eles dizem concretamente o seguinte: é a realização da democracia. Ou seja, surge muito claramente, na esquerda do pensamento socialista, no pensamento marxista, uma articulação entre democracia e socialismo desse tipo.

Então, voltando um pouco à tradição liberal, eu diria que hoje os liberais se dizem democratas, mas o conceito de democracia que o liberalismo apresenta hoje é um conceito minimalista, um conceito reduutivo, que faz da democracia a aceitação de algumas regras do jogo, que implica uma competição periódica, através de eleições periódicas, que as elites vão disputando. Quando há uma elite só, segundo eles, há ditadura. Mas quando há várias elites, o que, na verdade é muito difícil, estamos, segundo eles, diante de uma democracia.

O tema “marxismo e democracia é complexo e claro que eu não esgotaria aqui de modo nenhum. Há muitos temas para abordar e eu estou apenas levantando algumas questões. Com relação a Marx e Engels, quem lê com atenção a obra dos dois verá que em nenhum momento, nem na primeira etapa da criação do seu pensamento nem na final, nenhum dos dois jamais se pronunciou contra a democracia. Mas alguém poderia dizer: mas Marx e Engels não defenderam a idéia de que o governo dos trabalhadores seria uma ditadura do proletariado e a ditadura não é algo contrário a democracia?

É preciso, eu diria, situar bem em que contexto histórico Marx e Engels falaram em ditadura do proletariado. Por volta de 1848, 1850, sobretudo no Manifesto Comunista, os dois definem o Estado como, essencialmente, um instrumento de coerção. E por quê fazem isso? Porque naquela época havia pouca participação política. Por exemplo o sufrágio não era universal, votavam apenas os proprietários. Um brilhante pensador como Kant chega a justificar isso dentro do campo liberal e justificar dizendo o seguinte: só deve votar quem tem independência de juízo. E as mulheres, por exemplo, não tem independência de juízo porque

não tem independência econômica. Só a tem os maridos e os pais. Então tinha que tirar as mulheres do corpo eleitoral. Mas também não devem votar os trabalhadores assalariados porque eles dependem do patrão. Então, também se impediria e se tiraria do corpo eleitoral 90%, 95% da humanidade. E isso não era só na teoria, era também na prática. Os regimes liberais ou semi-liberais, por volta de 1850, praticavam o sufrágio restrito, votavam apenas os proprietários. Benjamim Constant justificava dizendo que só quem tem pedaço do país, se sente responsável pelo país. É o princípio do condomínio, quem mora em apartamento sabe que você, enquanto inquilino, não participa da reunião do condomínio, só os proprietários participam.

É nesta época histórica que Marx e Engels definem o Estado como instrumento de coerção. Na verdade, mesmo que houvesse parlamentos, estes eram escolhidos pela burguesia, pelos ricos, pelos proprietários. Então, na verdade, Marx e Engels estão dizendo, nesse momento, que todo Estado é uma ditadura, no sentido de que ele exclui a maioria do Estado existente, exclui a maioria esmagadora da população de qualquer participação política, inclusive eleitoral.

Essa situação, entretanto, se altera. Graças às insistentes lutas dos trabalhadores, que fizeram greve, combateram, com isso o sufrágio restrito vai progressivamente sendo estendido. Eu me lembro, por exemplo, que o primeiro movimento operário de massa, o movimento cartista inglês, tinha duas palavras de ordem: a fixação legal da jornada de trabalho e o sufrágio universal. Progressivamente, isso vai sendo conquistado, apesar de o cartismo continuar impedindo o sufrágio universal feminino. Mas o sufrágio universal, progressivamente, vai se estendendo, o corpo eleitoral vai aumentando e chega um momento em que se conquista um sufrágio efetivamente universal masculino e um pouco depois o feminino.

Sobre isso, uma coisa interessante de se lembrar é que as mulheres brasileiras votaram antes que as mulheres italianas. No voto eleitoral de 1933, no governo Vargas mais precisamente, se assegura o direito de voto às mulheres. Uma curiosidade é que, na idéia inicial, só podiam votar as mulheres solteiras, porque as mulheres casadas seriam influenciadas pelo marido. Então, a Igreja entrou duramente, afirmando que isso era um estímulo para que as mulheres permanecessem solteiras. Então as casadas também ganharam

direito de voto. Nas eleições da Constituinte brasileira de 1933, as mulheres votaram e inclusive uma ou duas, se não me engano, foram eleitas deputadas. Na Itália, as mulheres só votaram pela primeira vez em 1946. Então, somente depois da Segunda Guerra Mundial é que foi concebida a conquista do sufrágio universal, tanto masculino quanto feminino, por um longo processo que ocorreu progressivamente.

Na época em que Marx e Engels escrevem o Manifesto Comunista, os sindicatos eram proibidos, com a alegação de que eles interferiam na liberdade do mercado. E realmente interfere. Se cada um de nós negociássemos com o Ministério da Educação o nosso salário, nós ganharíamos menos do que se coletivamente reivindicássemos um nível salarial “x”. Os partidos políticos de massa não existiam nessa época porque os partidos políticos eram grupos parlamentares, eram partidos da classe dominante. Os partidos da classe trabalhadora, no geral, eram minoria e freqüentemente, quase sempre postos à margem da lei. Nesse contexto, compreende-se que Marx e Engels tenham dito que um Estado alternativo ao Estado burguês, o Estado que construirá o socialismo, é uma ditadura do proletariado. É como se vocês dissessem: todo Estado é uma ditadura, então o que substitui a burguesia que está no poder pelo proletariado deve criar uma ditadura do proletariado.

Com a ampliação do Estado a qual me referia, ou seja, com a extensão do sufrágio, com a maior participação, com a interação dos sindicatos e talvez, sobretudo, com a construção de partidos de massa, então a definição de todo Estado como uma ditadura se coloca como uma definição problemática. É muito curioso porque Engels viveu doze anos a mais do que Marx, viveu uma época mais democrática do que a de Marx, viu coisas que Marx não pode ver. Engels, já em 1892, na crítica que faz ao programa da Social Democracia Alemã, vai afirmar enfaticamente o seguinte: a forma política da ditadura do proletariado é a república democrática. Parece haver uma contradição nestes termos. Mas o que Engels quis dizer com isso, e que os marxistas posteriores tiveram que insistir, é que ditadura deve ser entendida no sentido do conteúdo do Estado propriamente, ou seja, é um Estado proletário, mas a forma política desse Estado, não necessariamente, será uma forma ditatorial. Portanto, eu diria, que esse conceito da ditadura do proletariado efetivamente caiu em desuso aos poucos e hoje não se usa mais no sentido marxista. Tem um sentido concreto que, no momento em que foi construída esta categoria por Marx e Engels, ditadura não tinha o sentido

de alguma coisa oposta à democracia, mas era, de certo modo, uma forma de realizar a democracia para uma maioria.

Lênin, um grande dirigente revolucionário russo pelo qual tenho maior respeito, teoriza a partir de uma realidade política, que é a Rússia de seu tempo, que, de certo modo, é ainda mais atrasada que a Europa na metade do século XIX e onde o Estado era seguramente, explicitamente, ditatorial, ainda bem mais ditatorial do que o Estado europeu da primeira metade do século XIX. Compreende-se, então, que Lênin tenha assumido, em relação à discussão sobre o Estado, a mesma função que Marx e Engels tinham identificado em 1848, ou seja, de afirmar que todo Estado é uma ditadura. Lênin usa basicamente esse conceito e chega a defini-lo. Enquanto Engels dizia que a forma política da ditadura do proletariado é a república democrática, Lênin chega a dizer o seguinte: “ditadura é um regime acima de qualquer lei e a ditadura do proletariado não escapa à regra” e está acima de qualquer lei.

Lênin não é Stálin. Evidentemente, Stálin deforma o pensamento de Lênin, que tinha características democráticas que Stalin não teve, mas certamente uma afirmação desse tipo, de que a ditadura do proletariado é um regime acima de qualquer lei, criou espaço e condições para que surgisse o stalinismo despotista. Eu diria, desta forma, que Lênin tem uma concepção redutiva de democracia, Não é que ele não defenda a democracia, defende, mas ele contrapõe o que ele chama de democracia burguesa ou democracia representativa à democracia proletária ou democracia de base. Lênin, na verdade, esquece um fato que me parece fundamental: que mesmo a democracia representativa, como nós entendemos e vivemos hoje, ou seja, uma democracia formada pela participação de todos no sufrágio universal, pela organização e criação de partidos políticos, mesmo essa democracia contemporânea é uma conquista das classes trabalhadoras. Seria, digamos, injusto, pelo menos chamar de democracia burguesa, como incorretamente se faz, alguma coisa que, na verdade, foi construída essencialmente pela luta dos trabalhadores e das mulheres trabalhadoras.

Eu diria que, neste desenvolver de um conceito substantivo de democracia no interior do marxismo, que provém essencialmente de Rousseau, mesmo que tenha havido ambigüidades na história do marxismo em relação ao conceito de democracia, ambigüidades não de Marx e Engels, como eu quis dizer, certamente este conceito está presente na tradição

marxista. E não um conceito empobrecido de democracia como o do liberalismo contemporâneo, mas um conceito de democracia como plena participação popular, com construção efetiva da ordem social pelo conjunto de sociedade, ou seja, democracia como soberania popular, que é uma idéia central do pensamento de Rousseau.

Estamos, assim, diante de um debate sobre o que é democracia e nós devemos estar sempre atentos quando alguém diz que é democrata. Deve-se perguntar o seguinte: mas que democracia você defende? O que você entende por democracia? E, freqüentemente, um mesmo texto oculta significados bastante distintos.

Eu diria que o mesmo ocorre com o conceito de sociedade civil, talvez até mais ainda, porque a sociedade civil surge, na história do pensamento político com concepções bastante diferentes, até porque o termo aparece em línguas diferentes e nem sempre a tradução de uma para outra é uma tradução intacta.

A expressão “civil society”, ou seja, sociedade civil aparece pela primeira vez, no pensamento dos contratualistas ingleses, particularmente em Hobbes e Locke. Em ambos, existe a idéia de que os homens viviam em estado da natureza, em estado, de certo modo, pré-social e, certamente pré-estatal, enfim, em estado de guerra. Assim, os homens criam, através de um contrato, um governo que garante segurança à propriedade e elimina o estado de natureza. É a esta sociedade, como um governo, que ele chama de sociedade civil, ou poderíamos traduzir por sociedade civilizada, diversa, portanto, da sociedade do estado natureza onde reina a selvageria.

Hegel retoma este termo em alemão com a expressão “bürgerliche gesellschaft”, cuja tradução literal é sociedade burguesa. Mas nós devemos entender que burgos, nesse momento da história, “bürger”, se refere à sociedade urbana, àquela sociedade que existia nos burgos, que é efetivamente a sociedade mercantil da época que estava crescendo cada vez mais. Então, quando Hegel se refere à sociedade civil, ele estava pensando em alguma coisa diversa daquilo que os contratualistas ingleses pensavam. Ele está pensando, essencialmente, no mundo das relações mercantis, mas não só. Para ele, fazem parte também daquilo que ele chama de “bürgerliche gesellschaft” não só a administração da justiça, ou seja, dirimir os conflitos entre os vários sujeitos dessa sociedade, mas também formas de organização para defesa dos interesses dos setores que participam da sociedade mercantil, que ele chama de

corporações, que, de certo modo, nós poderíamos dizer, são formas, são protocolos dos sindicatos. E finalmente, um outro nível da sociedade civil é o que ele chama de “polizei”. Agora, notem bem, “polizei”, em alemão, e “police”, em inglês, têm duplo sentido: é tanto a repressão, que seguramente ele vê, em alguns casos ele acha que tem uma absoluta repressão, mas é também a prevenção da violação da legalidade, ou seja, isso que freqüentemente as políticas sociais fazem. Podemos dizer o seguinte: estamos diante do primeiro grande pensador que encontrou um lugarzinho no seu sistema para os assistentes sociais, só que na polícia, que é uma coisa meio complicada. Mas, nesse sentido, faz parte da sociedade civil, para Hegel, a implementação de políticas sociais que minimizem a miséria e que, portanto, previnam contra a criminalidade. Esse é um conceito, portanto, bem diferente daquele dos contratualistas.

Finalmente, Marx, também alemão, também usa a expressão “bürgerliche gesellschaft”, sobretudo na sua juventude, e freqüentemente se refere ao conceito de Hegel, mas dando a ele uma conotação diversa. Em Marx, a sociedade civil é apenas um mundo das relações mercantis. A administração da justiça, a polícia, o sindicato fazem parte, para Marx, da superestrutura, de um outro nível da ordem social. Há, então, uma continuidade com parte da teoria de Hegel, reproduzida por Marx no seu conceito de sociedade civil como um mundo das relações mercantis.

E então temos aquele que, eu diria, introduziu no debate contemporâneo o conceito de sociedade civil que é o italiano Antonio Gramsci. Ele usou a expressão “società civile” para definir uma esfera do ser social nova no desenvolvimento histórico. Sociedade civil, em Gramsci, não é o mundo das relações mercantis, a isso ele chama de sociedade econômica. Não é o mundo do Estado strictu sensu, que ele chama de sociedade política. Sociedade civil é a esfera da auto-organização, da representação de interesses, que se torna tanto mais complexa e rica na medida em que existe uma crescente socialização da participação política, seja através do sufrágio universal, da criação de partidos políticos, ou da legalização dos sindicatos de massa. É este universo de organizações que Gramsci chamou de sociedade civil.

É muito curioso que, em dado momento da sua reflexão teórica, Gramsci se deu conta de que esse conceito dele não era o mesmo conceito de Marx. E como a gente sabe disso? Gramsci, no Cárcere, escrevia os cadernos para organizar a teorização dele e, ao mesmo

tempo, como ele mesmo dizia, para “educar a mão”, ele fazia exercícios de tradução e traduziu Marx. Em um dado momento, traduz textos de Marx onde ele há a expressão “bürgerliche gesellschaft” e a traduz como “sociedade civil”. Mais tarde, ele risca “sociedade civil” e põe “sociedade burguesa”, o que me parece um indicativo de que ele se deu conta de que os conceitos não eram os mesmos. Ou melhor, de que com um mesmo termo eles estavam se referindo à realidades diferentes.

Em Gramsci, sociedade civil é isso: é um mundo das auto-representações, em luta entre si. É um terreno privilegiado da luta de classes, se dá uma batalha entre diferentes propostas de hegemonia, entre diferentes propostas de sociedade. Portanto, a sociedade civil não é o “reino do bem”, nem tudo que vem da sociedade civil é bom. Eu sempre gosto de lembrar aos meus alunos o seguinte: fazem parte da sociedade civil tanto a UDR, A União Democrática Ruralista, que defende o direito dos proprietários, e o MST, que é um movimento dos trabalhadores sem-terra. Fazem parte da sociedade civil tanto a CUT que antes era combativa, agora nem tanto, mas que antes representava os sindicatos operários e faz parte da sociedade civil, o FIESP que representava portanto, os interesses dos industriais de São Paulo. A sociedade civil, para Gramsci, é um terreno onde se dá uma batalha de diferentes projetos de hegemonia, ou seja, é um terreno da luta de classes.

Surgiu recentemente um novo conceito de sociedade civil que a identifica com o terceiro setor. Então teríamos a economia, o mercado, e para o pensador liberal burguês, economia é evidentemente de mercado, e o Estado. Entre o mercado e o Estado existe essa “coisa” um pouco angelical que é a sociedade civil, o terceiro setor, o reino do voluntariado. Hoje nós abrimos constantemente os jornais e vemos o grau de corrupção em que estão as ONGs, que é, digamos assim, o termo técnico. Elas estão longe de se situar fora do terreno da economia, pois freqüentemente é um instrumento das pequenas empresas que garantem a sobrevivência de seus integrantes, e muito longe também de estarem fora do Estado, uma vez que elas intervêm na luta política nas questões do poder na sociedade.

Não vamos, portanto, ao usar o termo “sociedade civil”, cair em uma construção maniqueísta e dizer que tudo que vem da sociedade civil é bom e tudo que vem do Estado é ruim. Esta não é a posição de Gramsci. Para ele, a sociedade civil é um terreno de luta, ela pode ser hegemônica pela direita e pode ser hegemônica pela esquerda, mas é sempre um

terreno de luta, visando mudar as relações de poder da sociedade e, finalmente, fazer com que o projeto hegemônico se aproprie do Estado e implemente uma política que pode ser de conservação ou de transformação radical.

Esse conceito, que eu chamaria de “angélico” de sociedade civil, surge no mundo inteiro, não há dúvidas, mas teve uma força grande no Brasil, por uma razão clara. O forte impacto de Gramsci entre nós se dá em meados dos anos 70. Gramsci começou a ser publicado no Brasil já na segunda metade dos anos 60, mas vendeu muito pouco. A partir da segunda metade dos anos 70, Gramsci volta com muita força, correspondendo a um momento em que a sociedade civil brasileira está crescendo, a oposição à ditadura aumenta, no momento também em que a esquerda é obrigada a fazer uma dura auto-crítica de suas posições anteriores, sobretudo sobre a luta armada e Gramsci entra com grande força no pensamento social e político brasileiro. E esse conceito de sociedade civil é talvez um dos conceitos gramscianos mais bem acolhidos nessa época. E por quê? Vivíamos uma situação particular na qual parecia que tudo o que vinha da sociedade civil era bom e tudo que vinha do Estado era ruim.

Naquele momento, a burguesia, que era a grande financiadora da ditadura, o grande capital, começa a se desligar da ditadura ao perceber que ela vai acabar inevitavelmente e mesmo as organizações das classes dominantes, da burguesia no Brasil, começam a se opor à ditadura. Na verdade, naquele momento, todas as organizações da sociedade civil se opunham a ditadura, portanto eram o bem, e o Estado era a ditadura, portanto era o mal. Eu diria que, já naquele momento, este maniqueísmo atrapalha uma política efetivamente de esquerda no Brasil porque minimiza as contradições que existiam na frente oposicionistas à ditadura. Mas o mal bem maior que isso causou foi quando essa visão maniqueísta foi apropriada pelo pensamento neoliberal para dizer o seguinte: tudo o que vem do Estado é ruim, tudo que vem da sociedade civil é bom. Portanto, vamos privatizar o que é estatal. E freqüentemente, a sociedade civil, além de ser confundida com terceiro setor, também é confundida com essa sociedade de mercado, com este mercado que resolve todos os problemas. Enfim, também diante do conceito de sociedade civil nós devemos ter clareza de perguntar: mas que tipo de sociedade civil se trata? O que se deve pensar com esse conceito?

Então, concluindo, eu diria são dois conceitos profundamente polissêmicos, isso quer dizer, têm muitos sentidos, e, portanto nós devemos hoje, sempre que os utilizarmos, discutir que conceitos estamos utilizando. É por isso que eu diria que o livro da minha querida amiga Maria Lúcia é tão importante, pois pretende exatamente demonstrar que esses conceitos têm interpretações diversas e demonstrar também como essas interpretações diversas se manifestaram no pensamento político brasileiro.